

NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA E/OU PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se o Boletim de Questões que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a **Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões** - 10 de Português, 10 de Legislação Municipal, 10 de Legislação Pedagógica e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14h e término às 18h (horário local).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. É obrigatório que o candidato assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. **O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
11. Não será permitida, durante a realização da sua prova, comunicação entre os candidatos, nem utilização de máquinas calculadoras ou similares, de livros, de notas, de impressos ou consulta a qualquer material. Assim como, de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *databank*, agenda eletrônica, etc.) e acessórios de chapelaria. O candidato receberá do fiscal de sala saco plástico para guarda do material, que deverão, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira, junto com os acessórios de chapelaria – itens 7.16 e 7.17 do edital de abertura do concurso. O descumprimento dos itens anteriormente citados e outros definidos no Edital nº 001/2018-PMC, implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
12. O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60(sessenta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Análise genética propõe novo rosto para Luzia: ela não era negra

Evidências associam o crânio do Museu Nacional à Cultura Clóvis, da pré-história dos EUA – e cravam que os traços do povo de Lagoa Santa (MG) eram mais próximos dos indígenas atuais.

Guilherme Eler

01 Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia,
02 pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu
03 Nacional do Rio de Janeiro. (...)

04 A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas,
05 ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída. Uma dupla de
06 estudos publicados nas revistas científicas *Cell* e *Science* reuniu novos
07 argumentos para defender a tese de que a representação não corresponde de
08 fato à forma como ela deveria ser retratada.

09 Quando estudava o crânio de Luzia ao final da década de 1980, o
10 antropólogo e ex-professor da USP (Universidade de São Paulo) Walter Neves
11 formulou uma hipótese sobre a origem da dona da ossada. Segundo Neves, as
12 características de seu crânio eram diferentes das dos povos indígenas atuais, o
13 que sinalizaria que Luzia pertenceu a um grupo de humanos que chegou à
14 América, também pelo estreito Bering, antes do grupo que deu origem aos
15 indígenas da época de Cabral. Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais
16 próxima da dos africanos negros. Por isso, o antropólogo forense britânico
17 Richard Neave, em 1996, reconstruiu sua face imaginando-a negra.

18 O que os novos estudos argumentam, porém, é que todos os indígenas
19 que já perambularam pelas Américas descendem de *uma única* população
20 humana. Natural do leste asiático, esse grupo ancestral teria chegado ao
21 continente cerca de 20 mil anos atrás. Ou seja: não houve nenhuma migração
22 anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum.

23 O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que
24 povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os
25 EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou
26 em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de
27 Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.

28 Essa relação entre os primeiros americanos do norte e os primeiros do sul
29 ficou clara pela análise de DNA de fósseis. Um esqueleto de 10 mil anos,
30 encontrado em uma caverna do estado de Nevada, nos EUA, foi comparado com
31 ossos da mesma idade naturais de Lagoa Santa. Mesmo distantes mais de 10 mil
32 quilômetros, eram muito parecidos geneticamente. (...)

33 Depois de alguns de milhares de anos, uma *nova* onda migratória, distinta
34 da Cultura Clóvis, desceu para a América do Sul e tomou conta de tudo. A
35 população a que pertencia Luzia sumiu, assim como os Clóvis do norte, que são
36 verificados pela última vez há 9 mil anos. Foram duas ondas, de fato, mas ambas
37 originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que
38 contraria a hipótese de Neves.

39 O processo que permitiu tais conclusões envolveu a participação de uma
40 equipe internacional de 72 pesquisadores. Deles, 17 são brasileiros. Os autores
41 se basearam na análise do genoma de 49 fósseis, achados em 15 sítios
42 arqueológicos do Brasil, Argentina, Belize, Chile e Peru.

43 “Por mais acostumados que estejamos com a tradicional reconstrução
44 facial de Luzia, com traços fortemente africanos, essa nova imagem reflete de
45 forma muito mais precisa a fisionomia dos primeiros habitantes do Brasil,
46 apresentando traços generalizados e indistintos a partir dos quais, ao longo dos
47 milhares de anos, a grande diversidade ameríndia se estabeleceu”, explicou
48 André Strauss, arqueólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da USP
49 em entrevista à BBC Brasil. (...)

- 01** As pesquisas de que trata o texto resultaram na descoberta de que
- (A) a descrição física de Luzia era equivocada.
 - (B) a origem de Luzia ainda é desconhecida.
 - (C) Luzia viveu na época de Pedro Álvares Cabral.
 - (D) Luzia não pertencia à Cultura Clóvis.
- 02** De acordo com o texto, os novos estudos indicam que
- (A) nossos ancestrais chegaram ao território brasileiro há 20 mil anos.
 - (B) o povo a que pertencia Luzia deu origem aos norte-americanos.
 - (C) os indígenas americanos do norte e do sul têm a mesma origem.
 - (D) a comunidade de Luzia foi dizimada por imigrantes do leste asiático.
- 03** A pesquisa teve como base
- (A) novos estudos do DNA do fóssil de Luzia.
 - (B) achados de uma equipe multinacional.
 - (C) descobertas após o incêndio do Museu Nacional.
 - (D) a cooperação de um antropólogo forense.
- 04** No *lead*, o pequeno texto que ocorre após o título, o verbo *cravar* é sinônimo de
- (A) *fixar*.
 - (B) *destacar*.
 - (C) *estabelecer*.
 - (D) *assegurar*.
- 05** Em *Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia, pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. (linhas 1 a 3), o termo grifado refere-se a
- (A) *atualização*.
 - (B) *imprensa*.
 - (C) *crânio*.
 - (D) *Museu Nacional*.
- 06** O trecho em que uma palavra foi empregada em sentido conotativo é
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5).
 - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16).
 - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24).
 - (D) *Mesmo distantes mais de 10 mil quilômetros, eram muito parecidos geneticamente*. (linhas 31 e 32).
- 07** O ponto que separa os dois períodos **NÃO** poderia ser substituído por vírgula em
- (A) *Ou seja: não houve nenhuma migração anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum* (linhas 21 e 22).
 - (B) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul* (linhas 23 a 26).
 - (C) *Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis* (linhas 26 e 27).
 - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que contraria a hipótese de Neves* (linhas 36 a 38).

- 08** O agente da ação expressa pelo verbo grifado está corretamente indicado em
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5) → boneco.
 - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16) → Luzia.
 - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24) → América.
 - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering* (linhas 36 e 37) → migração.

- 09** Em *Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul.* (linhas 24 a 26), a palavra grifada é
- (A) advérbio.
 - (B) pronome.
 - (C) conjunção.
 - (D) interjeição.

- 10** O trecho *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.* (linhas 23 a 27) é
- (A) argumentativo.
 - (B) descritivo.
 - (C) narrativo.
 - (D) dissertativo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- 11** Nos termos da Lei n. 17.331/2008, além do vencimento e das vantagens previstas em lei, serão deferidos ao servidor adicionais. Sobre esses adicionais, é correto afirmar que
- (A) o adicional de férias será devido aos servidores estáveis e aos estabilizados à razão de 5,25% calculadas sobre o salário-base, a cada 3 (três) anos de serviço público efetivo prestados apenas aos poderes do município.
 - (B) o adicional de insalubridade ou de periculosidade será concedido a servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida.
 - (C) o adicional de nível superior consistirá no pagamento de um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração.
 - (D) os adicionais são exclusivos de servidores públicos dos estados ou da União.
- 12** Caso o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá deseje realizar atividades políticas partidárias, deve considerar que,
- (A) do período entre a escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, terá direito à licença com remuneração.
 - (B) a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, fará jus à licença sem remuneração.
 - (C) candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de provimento em comissão ou função de confiança ou cujas atividades estejam voltadas para a arrecadação ou a fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao do pleito.
 - (D) caso eleito para o cargo de prefeito, poderá receber as duas remunerações somadas, como servidor e como prefeito.

- 13** Sobre a possibilidade de o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá ausentar-se do serviço, é correto afirmar que poderá ausentar-se por
- (A) oito dias consecutivos para doação de sangue.
 - (B) oito dias consecutivos para alistar-se como eleitor.
 - (C) um dia por casamento.
 - (D) oito dias consecutivos pelo falecimento de irmão.
- 14** Sabe-se que o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá necessita prezar por uma conduta profissional adequada, em harmonia com princípios. NÃO compreende princípio de conduta profissional desses servidores
- (A) o decoro.
 - (B) a dignidade.
 - (C) a consciência dos princípios morais.
 - (D) a desproporcionalidade.
- 15** Estabelece uma proibição ao servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá
- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo com prévia autorização do chefe imediato.
 - (B) valer-se do cargo para cumprir seus deveres enquanto servidor.
 - (C) atuar como procurador junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de seu cônjuge.
 - (D) utilizar recursos materiais da repartição em atividades particulares.
- 16** Por conta de seus atos como servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá, o servidor pode ser responsabilizado civil, penal e administrativamente. Sobre essa responsabilização, é correto afirmar que
- (A) as sanções civis, penais e disciplinares, via de regra, poderão acumular-se, pois são independentes entre si.
 - (B) o dano que o servidor público causa a terceiro será arcado pela Fazenda Pública, que não poderá em ação regressiva obter indenização do servidor.
 - (C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, caso o servidor, na esfera penal, obtenha absolvição por negativa de autoria.
 - (D) o servidor não possui responsabilidade civil, eis que está regulamentada apenas sua responsabilidade penal e administrativa.
- 17** São sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá:
- (A) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e assédio moral.
 - (B) advertência, tortura, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
 - (C) advertência, suspensão, retratação, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
 - (D) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
- 18** Sobre as sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que
- (A) a advertência pode ser aplicada, quando o servidor cometer improbidade administrativa.
 - (B) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor receber propina em razão das suas atribuições.
 - (C) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor promover manifestação de desprezo no recinto da repartição.
 - (D) a suspensão pode ser aplicada, quando o servidor promover desvio de dinheiro público.

19 Sobre o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que

- (A) o procedimento administrativo disciplinar ordinário será apropriado, quando for detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, compreendendo as seguintes fases: instauração, instrução sumária e julgamento.
- (B) o procedimento administrativo disciplinar sumário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (C) o procedimento administrativo disciplinar ordinário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (D) a autoridade que instaurar o procedimento não deverá comunicar ao Ministério Público, havendo indícios da prática de crime durante o procedimento disciplinar ordinário.

20 Durante o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, poderá ser determinado o afastamento preventivo do servidor. Sobre essa possibilidade, é correto afirmar que a autoridade que instaurar o processo administrativo disciplinar, para evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade,

- (A) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (B) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, com a perda da sua remuneração.
- (C) sempre ordenará o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (D) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração, prazo este que não pode ser prorrogado em nenhuma hipótese.

LEGISLAÇÃO PEDAGÓGICA

21 Segundo a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Esta prioridade compreende

- (A) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à infância e à juventude.
- (B) atendimento secundário nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (C) seletividade em relação à formulação e execução de algumas políticas públicas.
- (D) recebimento de proteção e socorro em circunstâncias condicionadas à gravidade dos fatos.

22 Em seu art. 54, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação. Para tanto, o Estado deverá

- (A) promover o atendimento educacional obrigatório somente no ensino fundamental e no ensino médio.
- (B) ofertar o ensino regular noturno para os adolescentes em situação de cumprimento de medidas sócio-educativas.
- (C) promover o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como um direito público e subjetivo para todas as crianças e adolescentes.
- (D) suprir crianças e adolescentes de material didático em comprovada condição de carência financeira da família.

23 Em relação ao disposto na Carta Magna de 1988, em seu Art. 208, sobre o dever do Estado na garantia do direito à educação, estabelece

I - a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela tiveram acesso na idade própria;

II - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças a partir dos 5 anos de idade;

III - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IV - que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade pública.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

(A) I, II e III.

(B) II, III e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e IV.

24 De acordo com a Constituição de 1988 e com a LDB 9.394/1996, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, dividindo a responsabilidade entre os entes federados no processo de organização da oferta educacional. Assim, é possível afirmar que

I - a responsabilidade da educação infantil é da União;

II - os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

III - os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio;

IV - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada são integrantes do sistema municipal de educação.

Estão corretos os itens

(A) I, II e III.

(B) II, III e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e IV.

25 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996, em seu Capítulo II – Da educação Básica, estabelece as finalidades e as formas possíveis de organização da Educação Básica no Brasil:

I – tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;

II – poderão organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados ou outras formas diversas em atendimento ao processo de aprendizagem recomendado;

III – a escola poderá proceder à reclassificação de estudos dos alunos quando se tratar de transferências entre estabelecimentos no País e no exterior;

IV – o calendário escolar deverá se adequar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo reduzir os número de horas e dias letivos previstos nesta Lei.

Estão corretos os itens

(A) I, III e IV.

(B) II, III e IV.

(C) I, II e IV.

(D) I, II e III.

RASCUNHO

26 Segundo a Resolução CNE/CEB nº 05, de 17/12/2009, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, esta é compreendida como a primeira etapa da Educação Básica e deve ser oferecida em creches e pré-escolas. A Resolução estabelece que

I – as creches e pré-escolas se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno;

II - é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção;

III - a frequência na Educação Infantil é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental;

IV – é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.

27 Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças por meio

(A) da observação crítica e criteriosa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, estabelecendo parâmetros racionais de comportamentos adequados a cada etapa.

(B) de múltiplos registros realizados pelo professor (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.) de modo a dar materialidade ao controle da aprendizagem por meio de escalas de medidas e conceitos atribuídos às atividades realizadas pela criança.

(C) da retenção das crianças na Educação Infantil quando não apresentarem o desenvolvimento adequado ao prosseguimento dos estudos.

(D) da garantia da continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

28 A LDB 9.394/1996, em seu Título IV – Da Organização da Educação Nacional, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, ficando a cargo de cada um deles a seguinte incumbência:

(A) a União deverá manter os órgãos e instituições do sistema federal de ensino e estabelecer formas de colaboração com a rede privada de ensino superior.

(B) a União poderá colaborar com Estados, Distrito Federal e Municípios quando houver aportes de recursos orçamentários disponíveis para tais investimentos.

(C) os Estados deverão manter os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, definir com os Municípios formas de colaboração na oferta do ensino fundamental e oferecer com prioridade o ensino médio.

(D) os Municípios deverão manter os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino oferecendo a educação infantil na fase da pré-escola e, como prioridade, o ensino fundamental.

RASCUNHO

29 Na análise das estratégias estabelecidas para a educação infantil na Lei 13.005/2014 (PNE2014), é necessário

I - fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil priorizando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender à troca de experiências entre as crianças e suas comunidades;

II - priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

III - implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

IV - fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

V - articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

Estão corretos os itens

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III, IV e V.

30 Entre as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) está a

- (A) melhoria da qualidade da educação básica.
- (B) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e privada.
- (C) valorização dos (as) profissionais da educação superior.
- (D) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

RASCUNHO

CONHECIMENTO ESPECÍFICO
PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA E/OU PROFESSOR LICENCIADO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS

31 Leia atentamente o texto abaixo e responda à questão sobre a constituição das relações de poder no mundo do trabalho na sociedade europeia feudal.

“A classe senhorial estava longe de ser homogênea: os nobres não eram todos socialmente iguais, nem podiam explorar o trabalho dos outros da mesma forma. Intrincadamente misturadas umas com as outras e confundidas nas mentes de seus contemporâneos, havia, no entanto, três formas distintas de exploração senhorial: o senhorio doméstico, o senhorio da terra e o senhorio dos direitos da exploração da terra. Quanto mais fortes os senhores, mais destes direitos tinham. Todos eles, todavia, baseavam-se na fixação de seus trabalhadores nas suas terras, na exploração de seu trabalho e na implementação de pagamentos de tributos”.

(Texto adaptado de Georges Duby. *Guerreiros e camponeses nos primórdios do crescimento Europeu*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, pp. 190-193).

O mundo senhorial feudal acima descrito – em que pese suas diferenças – é caracterizado por uma relação elementar de poder baseada no trabalho

- (A) livre, mas dependente dos deveres e direitos dos trabalhadores rurais (camponeses) com seus senhores feudais.
- (B) campesino, pois se estabelece no mundo rural europeu e se baseia em direitos e deveres dos senhores feudais com seus trabalhadores do campo.
- (C) escravo, sustentada por uma relação onde os senhores – independentemente da sua riqueza – sustentavam-se pelo trabalho de matriz escravista e racial.
- (D) servil, pois se constituía por uma relação mediada pela terra senhorial e pelos diferentes direitos e votos feudais dos muitos senhorios europeus.

RASCUNHO

32 Leia o texto abaixo sobre o absolutismo na França moderna e seu final em 1789.

“Maria Antonieta, a filha mais nova da imperatriz Maria Teresa não se caracterizava pelo calor humano (...) De acordo com o lema “Deixa que os outros façam a guerra, tu feliz Áustria, casa-te”, a pequena Maria Antonia Josephe Johana, a quem todos chamavam de Antoinette, viveu luxuosamente com sua família austríaca e mais ainda depois do casamento com o monarca absolutista francês Luís XVI. Bela, caprichosa e atrevida, sua situação mudou em 14 de julho de 1789, quando o povo de Paris assaltou a fortaleza da Bastilha, símbolo do absolutismo monárquico, mas também ponto estratégico de repressão de Luís XVI, pois os seus canhões estavam apontados para os bairros operários. O povo passava fome, e Maria Antonieta tentava convencer o marido a fugir. Neste tempo surgiu uma anedota segundo a qual a rainha teria perguntado ao seu cocheiro durante um passeio por que havia tanta gente na rua em filas, o cocheiro teria respondido que eles esperavam pelo pão, que desaparecera do mercado. Ao que Antonieta interviu dizendo que se não havia pão que o povo comesse brioche...”

(Texto adaptado de Helge Hesse. *A história do mundo em 50 frases*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012).

No trecho acima, a anedota – sendo verdadeira ou não – demonstra uma situação real e limítrofe de carência e pobreza que acabou por explodir em uma Revolução que destruiu o sistema absolutista francês em 1789. A imagem da jovem rainha austríaca na corte francesa demonstra bem este limite, que pode ser percebido porque esta rainha simbolizava o(a)

- (A) luxo e a riqueza do regime absolutista de direito divino, no qual os monarcas e suas mulheres governavam conjuntamente e não tinham limites para seus poderes, uma vez que até construíam prisões com canhões, como a Bastilha, para controlar o povo e sua miséria.
- (B) política de alianças e casamentos entre as principais dinastias europeias para manter o chamado “sangue azul” e a garantia de direito divino que sustentava a ideologia absolutista, no entanto as mulheres acabavam reduzidas muitas vezes a casamentos sem muita ligação com problemas mundanos, como a situação dos pobres na França de 1789.
- (C) ostentação de uma monarquia luxuosa, na qual as mulheres eram fortes e governavam em nome de seus pais e filhos junto aos seus maridos, fazendo-se de tímidas para impor suas vontades – mesmo que extravagantes – diante da plebe e do povo.
- (D) riqueza e o luxo da corte real europeia, que, conjuntamente, governava os principais países europeus. A monarquia francesa era ligada à austríaca e o elo de ligação era Maria Antonieta, uma rainha forte na Áustria, porém pouco influente na França.

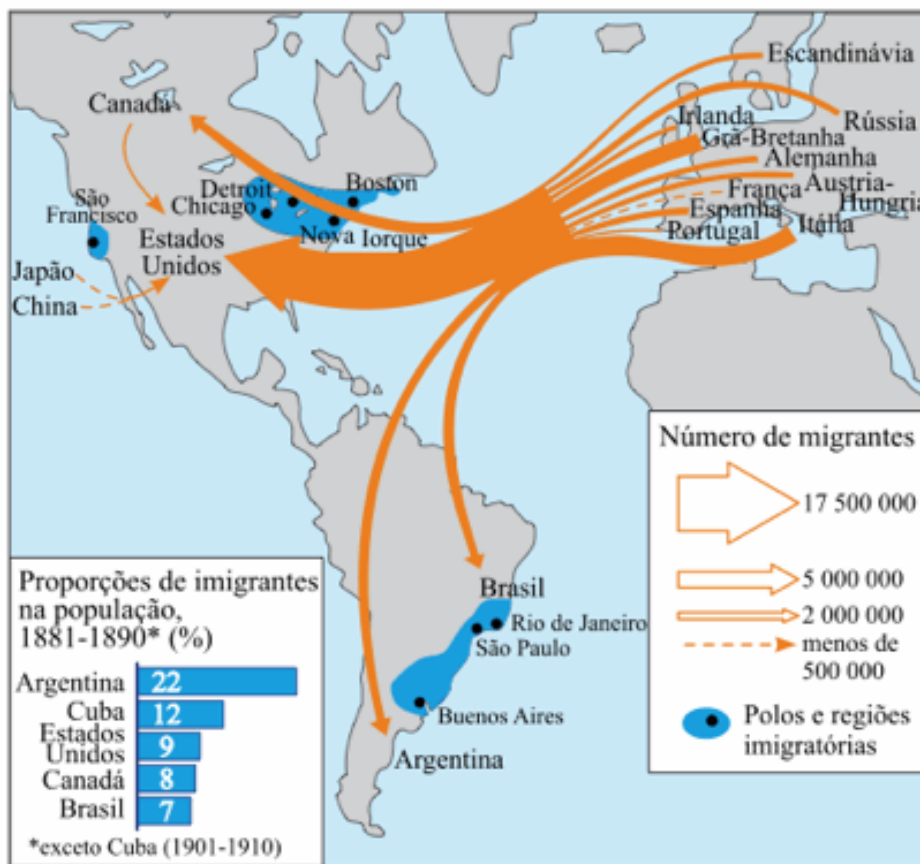
33 O pesquisador Luiz Carlos Soares avalia que o poder das invenções e do mecanicismo no processo de nascimento e crescimento da Revolução industrial inglesa na segunda metade do século XVIII foi maior do que quiseram crer os principais autores que escreveram sobre este movimento. Ressalta que, “se a sociedade passou a ser concebida dentro da mesma lógica da “*Machina-Mundi*” Newtoniana, nada mais natural que este ‘mecanismo social’ fosse estendido ao mundo da produção” (SOARES, Luiz Carlos. *A Albion revisitada. Ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: Sete Letras e FAPERJ, 2007, p. 45).

Sobre esta visão mecânica de mundo e sua relação com a Revolução Industrial, o autor avalia que a fábrica passou a ser um local de aplicabilidade das chamadas “ciências da natureza”. Esta aplicação seria percebida na ideia de que a fábrica seria o local para se utilizar as forças da natureza a serviço do(da)

- (A) homem, reduzindo-lhe o fardo do trabalho, numa ideia ilusória de que a natureza seria infinita e que o trabalho humano iria ser – paulatinamente – substituído pelo das máquinas, o que gerou devastações e muitos conflitos sociais e políticos com os trabalhadores, sobretudo com os trabalhadores artesanais.
- (B) produção em larga escala, fazendo uso de alta tecnologia e da criação de leis trabalhistas que passaram a regular o trabalho humano, moderando e regulamentando os excessos feitos por industriais obsoletos.
- (C) diminuição do trabalho manual, sobretudo aquele feito por mulheres e crianças, as mais prejudicadas pelo trabalho anterior à Revolução Industrial, que, depois da implantação das máquinas, puderam ter melhores condições de trabalho.
- (D) produção industrial de máquinas e de automóveis, que alavancou a Revolução Industrial e possibilitou a passagem da mão de obra escrava para a livre, contudo os novos trabalhadores nunca ficaram livres das máquinas, que passaram a os “escravizar” em seu ritmo alucinante.

34 Observe atentamente o mapa abaixo e responda à questão proposta sobre as correntes migratórias da Europa para a América no final do século XIX e início do XX.

A GRANDE MIGRAÇÃO TRANSATLÂNTICA, FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX



Mapa adaptado de Marie-Françoise Durand e outros. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*, São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

Pelo mapa acima, apesar da grande preponderância da migração europeia ter se destinado aos EUA, uma parcela de mais de 2 milhões de europeus migraram para o Brasil entre 1881 e 1890. Seu destino, conforme fica claro no mapa, era prioritariamente aportar nas regiões

- (A) norte, nordeste e sudeste, onde trabalhariam respectivamente na extração da borracha na Amazônia, na cana de açúcar do nordeste e no café de São Paulo e Minas Gerais, constituindo-se como a mão de obra que veio para substituir os escravos de origem africana.
- (B) nordeste e norte, onde vinham para trabalhar em zonas onde os escravos tinham deixado de existir devido ao tráfico interno. No norte eles vinham para substituir os nordestinos que para cá vinham trabalhar na extração da borracha.
- (C) sul e sudeste, onde foram chamados para trabalharem tanto em zonas de fronteiras (sul) quanto no café ou em trabalhos especializados e na recém-aberta indústria de tecelagem e de alimentos que se instaurava no sudeste.
- (D) sudeste e sul, para trabalharem como agricultores modelos em propriedades de pequeno e médio porte e nas produções de frutas, leite e derivados, que serviam para abastecer as grandes cidades que começavam a crescer, como São Paulo.

RASCUNHO

35 O “aboliconismo”, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, significa “conjunto de princípios e medidas adotados para extinguir a escravidão”. Neste sentido, o aboliconista é aquele que “prega ou defende o aboliconismo”. No Brasil, e em especial entre os anos de 1871 até 1888, houve um forte movimento aboliconista. São características deste movimento

- (A) pregar uma abolição ilimitada e irrestrita de toda forma de escravidão, fosse ela indígena ou negra de matriz africana, sendo seus principais nomes Joaquim Nabuco, José Bonifácio e Mário de Andrade.
- (B) lutar por direitos e cidadania para os libertos do ventre e lutar por liberdade para escravos de matrizes africanas, sendo seus líderes todos negros ou mestiços, como José do Patrocínio, Euclides da Cunha e Zumbi dos Palmares.
- (C) lutar por liberdade para os escravos e princípios educacionais para ex-escravos de origem africana, e alguns, como Joaquim Nabuco, pensavam em uma liberdade lenta e gradual sem a participação dos negros, enquanto outros, como Luiz Gama, pregavam uma participação maior dos negros.
- (D) solicitar ao parlamento brasileiro mais liberdade aos libertos e povos indígenas e uma lenta e gradual liberdade aos escravos de origem africana, sem dar a eles a cidadania brasileira, com a instauração de um regime de segregação racial, sendo seu líder maior o Imperador Pedro II e sua filha Isabel.

36 Observe a fotografia que segue e responda à questão proposta.



Museu do Seringal de Valparaíso no Estado do Amazonas. Retirado do site do próprio Museu. <http://museudoseringalam.blogspot.com/2012/10/museu-do-seringal-vila-paraíso.html>, acesso em 28 de novembro de 2018.

O Museu do Seringal objetiva recuperar a memória de uma temporalidade em que o trabalho na coleta e formação do látex em balata foi muito importante na Amazônia. O museu nasceu como cenário do filme "A Selva", dirigido por Leonel Vieira. Após o fim das filmagens, se tornou um museu, no qual mostra como era a vida tanto dos seringueiros quanto dos Barões, nos fazendo perceber o contraste de suas vidas. Ele foi dividido em 13 partes, a saber, “A extração do látex, Armazenamento da borracha, Defumação da borracha, Capela, Cemitério, Barracão de aviamento, Casa do Barão, Relógio da casa do Barão, Baú da casa do Barão, Casa de banho, Casa do Capataz, Tapiri dos seringueiros e Casa de Farinha”. Estes espaços da memória do seringal nasceram daqueles vinculados ao processo de trabalho no seringal, tais como os espaços de

- (A) Armazenamento da borracha, Defumação da borracha, Barracão de aviamento e o Tapiri dos seringueiros.
- (B) Armazenamento da borracha, Defumação da borracha, Casa do Capataz e o Cemitério.
- (C) Armazenamento da borracha, Barracão de aviamento, Casa de Farinha e Capela.
- (D) Armazenamento da borracha, Defumação da borracha, Casa do Barão, Baú da casa do Barão e Relógio da casa do Barão.

37 Durante a época áurea da borracha na Amazônia, as chamadas dívidas dos seringueiros eram o principal pesadelo. Elas ocorriam normalmente porque a borracha extraída quase nunca era suficiente para pagar as dívidas que o seringueiro fazia cotidianamente. Este sistema de endividamento era conhecido como

- (A) aviamento, e era feito no barracão de aviamento, onde os seringueiros pegavam os instrumentos que necessitavam para a extração da borracha, a comida e os utensílios pessoais, endividando-se nesta negociação a ser paga depois da coleta do látex.
- (B) servidão por dívida, e era feita nos barcos com a figura dos atravessadores – chamados então de aviadores – que pagavam todas as despesas iniciais dos seringueiros, que se endividavam muito.
- (C) endividamento do barracão, e era feito por capatazes que vendiam produtos aos seringueiros a mando dos seringalistas, atravessadores que cobravam preços muito elevados.
- (D) dívida bancária, que era feita pelas agências de aviamento de grandes cidades, como Belém ou Manaus, que emprestavam dinheiro aos seringueiros, que, por sua vez, se endividavam muito.

38 Observe a moeda de 2 euros em uma edição especial e responda à questão proposta sobre a Primeira Guerra Mundial e sua memória.



Moeda comemorativa de 2 Euros cunhada pela França com a inscrição “A Bleuet de France, flor da memória dos soldados 1918-2018”. Site do governo da Escandinávia. <https://rsmint.com/2018francetwoeurouncoinarmistice.aspx>, acesso em 25 de novembro de 2018.

A moeda acima comemora um importante centenário, marcado agora no ano de 2018, o do fim da Primeira Guerra Mundial. A flor azul (ou em francês a “Bleuet de France”) foi usada como símbolo, pois estas flores eram, de fato, as únicas que cresciam nos vários campos de batalha na Europa. Azul (ou centáureo azul) também foi o apelido que os veteranos da WWI (Poilus) deram aos jovens recrutas da classe 15 - aqueles nascidos em 1895. A comemoração do fim desta primeira grande guerra é muito importante. Ela simboliza o colapso de uma política europeia da “civilização” conhecida por

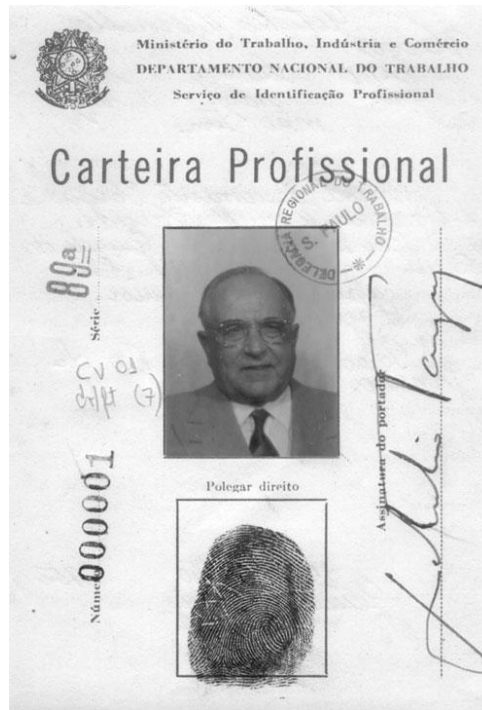
- (A) Colonialismo, no qual países europeus, como Portugal, Espanha e França, dominavam povos indígenas da América do sul e central.
- (B) Colonialismo de exploração, na qual países europeus, como a Inglaterra e a França, dominavam povos indígenas da América do norte (EUA e Canadá).
- (C) Imperialismo, no qual países europeus e, em especial, a França e a Inglaterra dominavam econômica e ideologicamente sociedades africanas e asiáticas.
- (D) Imperialismo, na qual países europeus, como a França e a China, invadiram e ocuparam politicamente países africanos, como África do sul, Senegal e Angola.

39 Em outubro de 1930 explodiu uma revolução que levou ao poder um tenente chamado Getúlio Vargas. Os revolucionários de 1930, logo após a tomada do poder político, passaram a se auto denominar de uma “nova república”. Assim a república anterior ganhou o apelido de “velha”. As principais diferenças que os revolucionários demarcaram entre seu presente e o passado da antiga república são a mudança do voto

- (A) aberto, de cabresto e masculino para o voto secreto, livre e universal (para homens e mulheres).
- (B) masculino, para alfabetizados e aberto, para o voto secreto, universal (para homens de mulheres) e para analfabetos e alfabetizados.
- (C) em lista aberta, masculino e para pessoas alfabetizadas para o voto secreto, mas ainda masculino e para pessoas alfabetizadas.
- (D) fechado em listas censitárias (voto por renda), masculino e para alfabetizados para voto universal (para homens e mulheres), voto secreto e para analfabetos e alfabetizados.

RASCUNHO

40 Observe a fotografia abaixo e responda à questão proposta sobre a Era Vargas e as novas relações de trabalho no Brasil.



Carteira de trabalho nº 000001 de Getúlio Dorneles Vargas, de 30 de julho de 1952. (Museu da República Rio de Janeiro) Imagem retirada do site do CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/CidadaniaAnos1950>, acesso em 26 de novembro de 2018.

Logo após a dura campanha eleitoral na década de 1950, Getúlio Vargas expôs sua própria carteira de trabalho, acrescentar esta vírgula na qual ele próprio estava inscrito como o trabalhador de número “000001” do Brasil. Esta tática política fazia sentido porque Vargas – desde pelo menos o final do ano de 1937 – exaltava conquistas sociais, as quais tomava para si a exclusividade da autoria, em especial as conquistas no campo

- (A) do trabalho, com a fundação de um partido (PTB, Partido dos Trabalhadores do Brasil), e o incentivo à regulamentação da carteira assinada com a jornada de 10 horas de trabalho e o fim da escravidão no campo. Estas mudanças ajudaram a exaltar a figura pessoal de Vargas como um comandante nacional e trabalhador modelo.
- (B) trabalhista, com a implantação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e da legislação sindical. Embora tudo isso fosse fruto de lutas dos trabalhadores, houve uma mistura e um uso deste conjunto de leis como forma de exaltação da figura populista de Vargas, que se auto denominava de pai dos pobres.
- (C) empresarial, na qual Vargas ajudou a organizar o campo da regulamentação de leis trabalhistas com o intuito de diminuir o conflito entre patrões e operários e promover o intenso desenvolvimento do Brasil. Vargas fez uso desta imagem desenvolvimentista nos anos de 1950, ficando conhecido pelo plano de metas desenvolvimentista denominado de “50 anos em 5”.
- (D) dos trabalhadores urbanos, que passaram a ser amparados por uma legislação moderna e muito flexível, que dava direito a férias, 13º salário e – em caso de demissão – um Fundo de Reserva chamado de FGTS. Toda esta legislação tornou Vargas muito popular, iniciando o período da República Populista no Brasil.

RASCUNHO

41 Leia o trecho abaixo sobre o fascismo italiano e sua internacionalização nos anos de 1930 e responda à questão proposta.

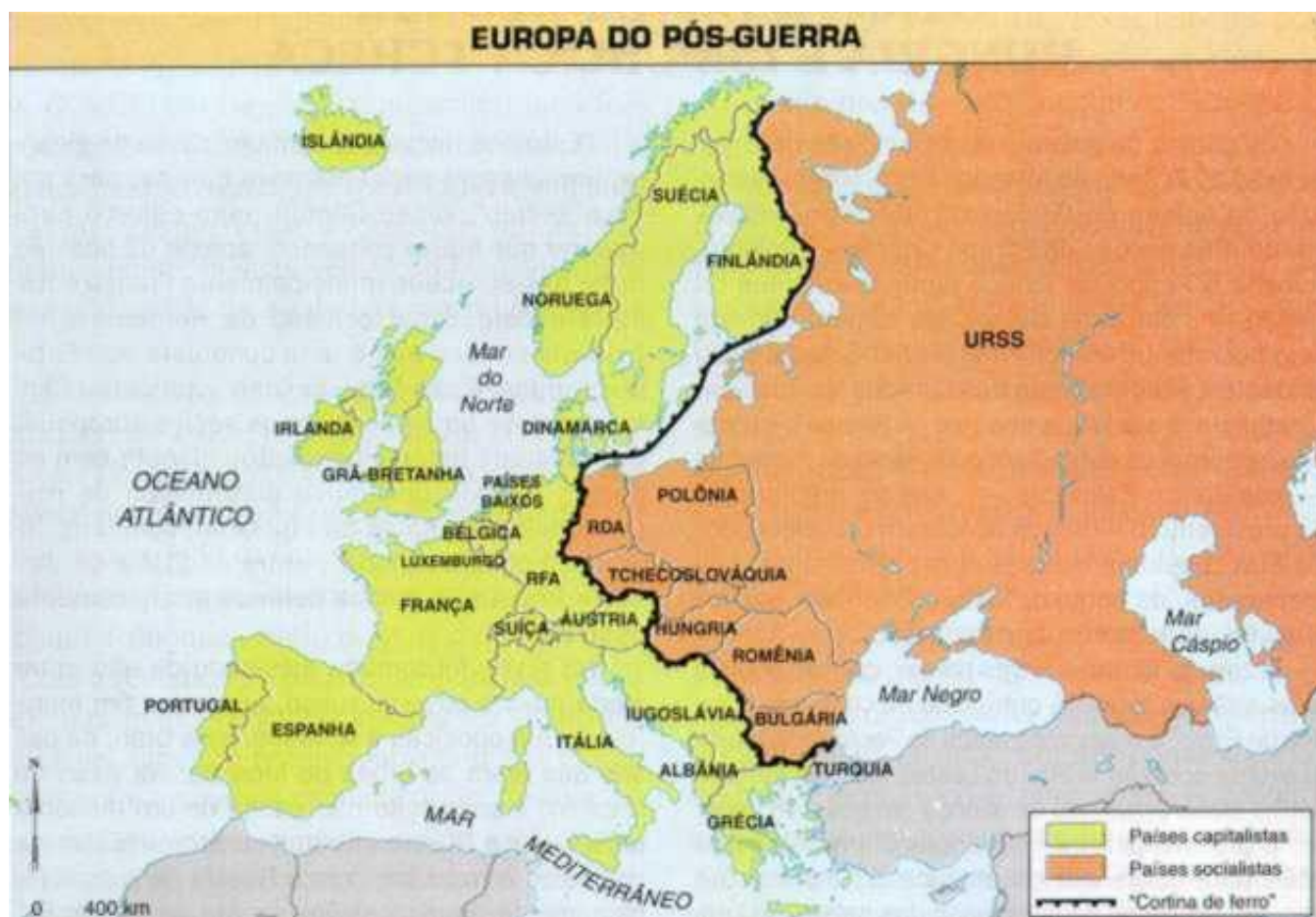
“A partir de um núcleo central mais delimitado – a Itália – jornais, publicações, notícias e diretrizes seguiam para todos os países de imigração italiana do mundo e os militantes fascistas italianos circulavam. Eles estavam presentes de forma individual ou em grupos, formando “sessões” ou células fascistas. Às vezes organizavam-se em reuniões de intelectuais fascistas ou de militantes fascistas. Nascia assim uma identidade fascista italiana internacional, que se contrapunha a antifascista” (Texto adaptado de Bertonha, João Fábio. *Fascismo, antifascismo e as comunidades italianas no exterior – guia bibliográfico*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 25.).

Se o fascismo tem sua mãe pátria na Itália europeia, o trecho acima deixa claro que suas ramificações por territórios onde a imigração italiana foi grande não podem ser desprezadas. Sobre os mecanismos desta difusão de ideias no exterior e sua chegada na América, é correto afirmar que este movimento fascista no exterior era formado por

- (A) imigrantes italianos pobres, que pensavam no fascismo como uma forma de tomar o poder nos novos países para onde migraram, como exemplo o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Estes imigrantes encontravam oposição forte e antifascista nos intelectuais e nos militares.
- (B) Trabalhadores, pessoas mais simples, indivíduos que migraram no final do século XIX para a América e por intelectuais e militares que – especialmente nos países de forte imigração italiana, como os EUA, o Brasil e a Argentina – formavam associações, clubes, jornais e até partidos políticos de apoio às ideias fascistas.
- (C) pobres e ricos imigrantes italianos que se organizaram no Novo Mundo, formando partidos facistas em países como os EUA, Brasil e Colômbia, partidos estes que tinham como meta instituir uma pátria americana com a Itália de Benito Mussolini.
- (D) imigrantes italianos enriquecidos no Novo Mundo, que viam no fascismo um meio de voltar ao poder na Itália, assim financiavam o regime fascista de Mussolini na Itália e propunham a criação de associações beneficentes para ampliar a participação dos fascistas nos países americanos, como o Brasil e a Argentina, que contavam com grande contingente de imigrantes italianos pobres.

RASCUNHO

42 Observe o mapa da Europa do ano de 1945 e responda à questão proposta sobre a chamada época da “cortina de ferro”.



Retirado do site História em suas mãos. <http://historiaemsuasmaos.blogspot.com/2013/05/cortina-de-ferro.html>, acesso em 25 de novembro de 2018.

O mapa acima faz menção ao termo “cortina de ferro”, criado pelo líder inglês durante a Segunda Guerra Mundial Winston Churchill, que lembrava em 1945 que ‘de Estatina, no mar Báltico, até Trieste, no mar Adriático, ‘uma cortina de ferro desceu sob o Continente Europeu’. O sentido desta “cortina” em 1945 e que pode ser percebido na divisão do mapa Europeu define-se por uma guerra

- (A) civil norte-americana, que alcançava a Europa, isto porque os EUA estavam em luta aberta contra a Rússia soviética e esta luta acabou por dividir a Europa do fim da Segunda Grande Guerra Mundial em dois blocos, o comunista russo e o socialista norte-americano.
- (B) fria, encabeçada pelos EUA. Esta guerra foi delimitada pela interferência internacional dos EUA na política interna da Europa, dividindo o governo local entre países industrializados e países rurais, respectivamente divididos pela linha da “cortina de ferro”.
- (C) fria entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, comunista) e os Estados Unidos da América (EUA, capitalista). Os dois lados – mesmo sem declaração formal de guerra – marcavam territórios na Europa, disputando ali a hegemonia política e econômica mundial.
- (D) de fronteiras, entre o bloco soviético ao leste da Europa, que era comandado pela Rússia, e o bloco da social democracia, comandado pela Inglaterra e apoiado pelos Estados Unidos da América e sua política de bem-estar social.

RASCUNHO

43 De acordo com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o processo de fiscalização das terras reconhecidas institucionalmente como pertencentes a grupos indígenas é de sua competência. Como consta no site da instituição,

“A fiscalização em terras indígenas é um conjunto de ações de comando e controle atribuídas ao Estado, com objetivo de coibir atividades ilícitas. Elas são desenvolvidas pela Funai, com o apoio de parceiros, e visam garantir aos povos indígenas o usufruto lícito e exclusivo dos recursos naturais nelas existentes, conforme previsto no artigo 231 da Constituição Federal/88.” (Site da FUNAI. <http://www.funai.gov.br/index.php/fiscalizacao>, acesso em 28 de novembro de 2018).

Os crimes mais comuns fiscalizados pela FUNAI a partir da legislação constitucional e que visam à preservação do meio ambiente nas terras indígenas são

- (A) repressão ao corte de madeiras feito pelos próprios indígenas sem a permissão governamental, combate às ocupações ilegais do MST em terras indígenas e desocupação das terras ilegalmente ocupadas por donos de madeireiras ilegais.
- (B) combate e/ou regulamentação das ocupações feitas por “Sem Terras” em terras indígenas improdutivas, repressão a empresas de mineração ilegalmente instaladas em terras indígenas, combate à pesca e à coleta de drogas do sertão ilegalmente extraídas das terras e dos rios indígenas.
- (C) combate ao desmatamento e ao corte seletivo das florestas, combate à mineração – que não está regulamentada pela legislação brasileira, repressão à caça e pesca ilegal e combate a invasões mais amplas nas terras indígenas.
- (D) repressão a invasões ilegais de madeireiros às terras indígenas, implementação de altas multas contra mineradoras estrangeiras que se instalaram ilegalmente em terras indígenas, combate ao tráfico de drogas dentro de terras indígenas e repressão à extração exploratória dos indígenas e sua migração para as cidades.

RASCUNHO

44 Observe a charge abaixo e responda à questão sobre os direitos da criança.



Cleyton. Retirado do Blog do Eliomar – informação sem preconceito, acesso em 25 de novembro de 2018.

Na charge acima há uma sátira que – em sua essência – faz uma crítica a um direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990), mas infelizmente desrespeitado. Este direito ferido na charge configura-se pela perda do direito a(à)

- (A) proteção à vida e à saúde, mediante clara falta de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (B) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, já que o menino da charge não tem direito a circular livremente, ficando preso ao seu trabalho compulsório.
- (C) participação da vida familiar e comunitária, sem discriminação, já que o menino em questão é discriminado por ser negro e trabalhador, limpando os sapatos de homens brancos e ricos.
- (D) à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, sobretudo por ser colocado no mercado de trabalho antes do tempo.

45 O jornal o *Correio de Salvador* noticiou que, em 2018, houve um aumento do número de crimes contra idosos. Escreveu o redator do jornal...

“Registro de crimes contra idosos cresce 22,4% em um ano. Só este ano são 1.654 ocorrências; abuso financeiro é recorrente. O número de ocorrências presenciais registradas pela Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso (Deati) cresceu 22,4%, na comparação entre os meses de janeiro a setembro de 2017 e 2018. Foram 1.351 ocorrências contra 1.654 registros no período. Outro dado que chama atenção é que a maioria destes casos contra idosos não foram relativos a maus-tratos físicos ou psicológicos. Este é só o segundo principal motivo. A maior quantidade de registros diz respeito a crimes de abuso financeiro, entre eles a apropriação indébita”. (Redação do Correio. *Correio de Salvador*, <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/registo-de-crimes-contra-idosos-cresce-224-em-um-ano-veja-os-mais-comuns/>, acesso em 28 de novembro de 2018).

Os crimes acima descritos ferem o Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003). A partir de seu conhecimento deste estatuto e dos casos criminais aqui descritos, os direitos mais feridos no exemplo são o direito de

- (A) atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados.
- (B) de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- (C) prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (D) à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

46 A Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006) estabelece em suas disposições preliminares, Artigo 10º, que “Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher”. Para tanto foram normatizados e criminalizados pelo menos quatro tipos de violência contra a mulher. São violências contra a mulher a violência

- (A) física, psicológica, sexual, patrimonial e a violência moral.
- (B) pessoal, grupal, sexual, a violência étnica e religiosa.
- (C) moral, religiosa, de idade e a violência comunitária de guetos.
- (D) homossexual, religiosa, étnica, a violência econômica-social e partidária.

47 Leia atentamente o texto abaixo e responda à questão proposta.

“...o que se deseja é que a Educação do Campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos àqueles que nele desejarem permanecer e vencer”.

(Edla de Araújo Lira Soares, relatora, Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. In *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral e 2002*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 288)

Para que se cumpra a máxima acima mencionada e a Educação do Campo deixe de ser um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, é preciso cumprir as diretrizes nacionais da política pública para a educação básica nas escolas do campo, que neste documento prioriza ações de

- (A) colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados e Municípios, visando a expandir a oferta de Educação Básica no campo, organizar e fazer funcionar nas escolas rurais propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, melhorar regularizar o transporte e promover a formação e o aperfeiçoamento docente.
- (B) incentivo aos municípios, os agentes centrais desta modalidade de ensino, para que organizem políticas de formação docente específicas para a educação do campo, modifiquem e adaptem os meios de transporte à realidade local e promovam e financiem a criação de livros didáticos voltados para a realidade rural.
- (C) investimentos do governo federal na educação e formação docentes e estímulo aos governos estaduais – o principal responsável pela educação do campo –, para melhorarem e melhor adaptarem os meios de transporte, merenda escolar e aprimoramento do material didático e das práticas pedagógicas.
- (D) investimento do governo estadual na formação de docentes aptos da trabalharem e residirem no campo e estímulo aos governos municipais para a compra de livros didáticos específicos para a realidade do campo, com cursos de formação docente e uso adequado do mesmo material, financiados pelos municípios.

RASCUNHO

48 Leia atentamente o texto abaixo e responda à questão proposta sobre a relação entre a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta com a questão da pobreza e a educação do campo.

“... é preciso compreender que a pobreza não é somente a falta de acesso a bens materiais, mas a vulnerabilidade decorrente da ausência de oportunidades e de possibilidades de opção entre diferentes alternativas. A pobreza se manifesta na falta de emprego, de moradia digna, de alimentação adequada, de sistema de saneamento básico, de serviços de saúde, de educação e de mecanismos de participação popular na construção das políticas públicas. Manifesta-se também na ausência de resolução de conflitos, o que agrava mais ainda a violência no campo, assim como na precariedade de relações ambientais sustentáveis”.

(Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1ª. ed.; 1ª reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. p. 12)

O trecho anterior aborda uma das questões centrais da relação entre saúde e educação no campo, a saber, o enfrentamento da pobreza. Pelas diretrizes traçadas pelos Ministérios da Saúde e da Educação, esta questão está melhor demarcada em eixos de ação, tais como o combate prioritário às

- (A) doenças endêmicas e às epidêmicas que assolam o campo, promovendo campanhas regulares de vacinação que cheguem até as comunidades mais distantes e, simultaneamente, promover campanhas que levem a população rural a modificar suas ideias e barreiras culturais contra os remédios e vacinas.
- (B) práticas populares de moradia, alimentação e higiene que tradicionalmente possuem as populações rurais e os povos das florestas, com o incentivo para mudanças sanitárias radicais que as transformem e as tornem sanitariamente sadias e que se criem processos educacionais apropriados para estas mudanças.
- (C) atividades culturais e sociais que levam as populações das florestas e do campo a se manterem pobres e doentes, promovendo-se processos educacionais que estimulem mudanças sanitárias e que promovam a higiene do corpo e a saúde padronizada a todos os moradores e alunos do campo.
- (D) vulnerabilidades comuns às populações do campo e das florestas, com o incentivo ao desenvolvimento de atividades sustentáveis que lhes garantam renda e moradia com condições sanitárias adequadas e com educação e saúde que respeitem as práticas sociais e culturais das populações do campo.

49 A Resolução 08/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Por esta resolução ficou estipulado que esse tipo de educação requer, prioritariamente, elaboração de

- (A) materiais escolares próprios, com livros didáticos que respeitem a especificidade destas comunidades, quadro docente específico e escolhido pela comunidade e ser ofertada nas escolas quilombolas ou naquelas por eles selecionadas para estudarem em localidades próximas às suas comunidades.
- (B) projetos político-pedagógicos próprios para a escola quilombola, com a capacitação de professores para ali atuarem, dando-se preferência a docentes vindos das mesmas comunidades. Esta educação deve ser ofertada exclusivamente nas escolas quilombolas pertencentes às comunidades locais.
- (C) pedagogias próprias, com base no respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, oferta de formação específica de seu quadro docente, elaboração de materiais didáticos e paradidáticos específicos, além de ser ofertada tanto nas escolas quilombolas quanto naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.
- (D) livros didáticos elaborados (ou, ao menos, avaliados) pelos líderes das comunidades quilombolas, com professores e pessoal técnico pertencente à própria comunidade ou por ela indicados. Esta escola deve pertencer à própria comunidade ou a uma junção de comunidades, sendo respeitadas a linguagem e as especificidades locais no processo educativo.

50 “A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”.

(Edla de Araújo Lira Soares, relatora, Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo de 2002. In *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 267).

De acordo com as diretrizes da Educação do Campo, considera-se o campo como algo além “do que está fora do perímetro urbano”. Neste sentido, a compreensão e as identidades do campo, a serem incorporadas ao processo educacional básico no Brasil, nascem de uma vinculação desta educação as/o(s)

- (A) passado rural nostálgico de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura e entende o campo como o local da paz em oposição à violência do urbano, e, assim, pouco se apercebe dos conflitos econômicos e sociais no campo.
- (B) questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais.
- (C) problemas e questões vindas da diversidade de campos e florestas existentes, com ênfase no tratamento dos temas do agronegócio e do calendário rural das propriedades médias e grandes, que são locais onde a maioria da população do campo habita e interage.
- (D) questões de identidades em conflito aberto, com ênfase na educação em campos de refugiados e em ocupações rurais, que é onde atualmente reside a maior parte da população do campo e que hoje carecem de educação formal

RASCUNHO